



Comissão de Pregão II

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2021

Processo Licitatório nº: 16.957/2020
Processo de Impugnação n.º: 15.706/2021
REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2021

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO destinada a pacientes, acompanhantes, funcionários e outros autorizados nas dependências do Hospital Municipal Raul Sertã, de acordo com a demanda da unidade, pelo período de 12 (doze) meses

IMPUGNANTE: GUSTO NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO LTDA - CNPJ Nº: 39.953.391/0001-02

IMPUGNADO: EDITAL

01. Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa GUSTO NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO LTDA, com fulcro na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, por intermédio de seu representante legal, tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 047/2021.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 038, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 09 de janeiro de 2021, que cria a Comissão de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.



Comissão de Pregão II

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

I. DAS PRELIMINARES

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

05. Suscintamente, a impugnante alega que a exigência de Qualificação Técnica, que trata o Item 21.1 do edital c/c item 19.1 do Termo de Referência ao exigir das empresas, como requisito de habilitação, a apresentação de *"Licença de Funcionamento, expedida pela Secretaria de Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal (local) da cozinha industrial central da empresa licitante"*, mostra-se *"totalmente inócua e restritiva de direitos para um contrato de disponibilização de mão de obra sem a necessidade de cozinha por parte da empresa Contratada"* considerando que *"o objeto da contratação não possui processos e rotinas referentes a alimentação transportada"* uma vez que serão prestados nas Dependências da Contratante.

06. Alega ainda que tal exigência é restritiva a ampla participação no certame.

07. Por fim, cita decisões em casos similares e requer:



Comissão de Pregão II

III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

08. Requer a impugnante:

a) O *"recebimento da presente demanda no sentido de expurgar essa malograda exigência, o que registra de sugestão, desde já, caso entenda necessário, que se preveja no edital, ainda que sob a forma de "Declaração de Compromisso", que a empresa a ser contratada "poderá", no curso do contrato, ser demandada no sentido de disponibilizar cozinha em um raio a ser especificado de quilômetros da unidade hospitalar a fim de atender eventos ou situações imprevisíveis."*

IV. DA ANÁLISE DA AREA TÉCNICA

11. Inicialmente cumpre destacar que, por se tratar de questões técnicas, foram encaminhados os questionamentos à área demandante, solicitando a análise da impugnação encaminhada

12. Em resposta, a área técnica requisitante em sua manifestação nos autos do presente processo de impugnação destacou que ***"a licença é necessária para garantia a aptidão da empresa licitante para o funcionamento, ou seja, a referida licença é um requisito intrínseco para conferir à empresa o direito de explorar a prestação de serviço de Nutrição e alimentação na rede hospitalar"***, encaminhando os questionamentos a Procuradoria Geral Municipal, para manifestação quanto aos aspectos jurídicos.

13. A Procuradoria Geral por sua vez, procedeu com a análise dos questionamentos, exarando parecer jurídico no qual em síntese pontuou que:

a). Após análise do art. 30, inciso IV, c/c art. 28, inciso V e art. 27 da Lei 8.666/93 "em princípio, s.m.j., a exigência de apresentação de alvará emitido pela vigilância sanitária não se constitui em cláusula de caráter restritivo, mas



Comissão de Pregão II

em atendimento a legislação especial, conforme entendimento da jurisprudência", citando decisões em casos similares.

b). Cita ainda entendimento no mesmo sentido do TCU de que tal exigência não se constitui em cláusula de caráter restritivo se exigida ao licitante vencedor, conforme Acórdão n. 125/2011.

c). Aduz que, *"s.m.j., a exigência de licença de funcionamento não constitui caráter restritivo, estando em consonância com o art. 30, IV, da Lei n. 8.666/93. Todavia, verifica-se no teor do item 21.1 do edital, que a referida exigência não está adstrita à licitante vencedora, conforme recomendado pelo TCU. Sendo assim, caso seja ratificada sua necessidade, sugere-se que seja dirigida apenas à licitante vencedora."*

d). Pontua que *"ademais, no caso do presente certame, a contratação é para a prestação do serviço de nutrição e alimentação nas dependências do Hospital Municipal Raul Sertã, gerando dúvida acerca da real necessidade de que as licitantes tenham licença de funcionamento da cozinha central."*

e). Por fim, tendo em vista se tratar de exigência de caráter técnico, acerca da execução do objeto, entende caber a Secretaria de Saúde, responsável pela elaboração do termo de referência ratificar a necessidade ou não de tal requisito de qualificação técnica para a presente contratação.

14. A Secretaria de Saúde por sua vez, se manifestou no sentido de que *"a exigência deverá ser mantida, porem como muito bem-lançado a exigência editalícia impugnada deverá ser tão somente da empresa vencedora. Sugerindo que a empresa vencedora deverá apresentar o alvará sanitário no prazo de 24 horas após a publicação e adjudicação do resultado da licitação, ou seja antes da homologação da licitação"*

15. A análise técnica do setor técnico requisitante, o parecer jurídico da Procuradoria Geral bem como a manifestação da Secretaria de Saúde, constantes nos



Comissão de Pregão II

autos do processo de impugnação n. 15.706/2021, são partes integrantes desta decisão, independente de transcrição.

V. DA DECISÃO

16. Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso II, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso II, do Decreto Municipal n.º 599/2020, após análise e conclusão da Área Técnica e parecer jurídico da Procuradoria Geral Municipal, acolhido pela Secretaria requisitante, sem nada mais evocar, CONHEÇO da Impugnação interposta pela empresa GUSTO NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO LTDA, no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 047/2021, e no mérito, NEGO PROVIMENTO, devendo no entanto, a exigência disposta no item 21.1, *"21.1 - A empresa deverá apresentar Licença de Funcionamento, expedida pela Secretaria de Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal (local) da cozinha industrial central da empresa licitante"*, ser retirada da fase de habilitação, passando a ser exigida apenas da licitante vencedora, após a Adjudicação do Resultado, e pela alteração do item do 19.1 do Termo de Referência – Anexo I, do edital, com, a nova redação incluída pela secretaria requisitante.

Nova Friburgo, 19 de junho de 2021.

JONATHAN PINHEIRO CHAVES
Pregoeiro – Comissão de Pregão II
Matricula: 206.870